

<https://doi.org/10.35520/diadorim.2010.v7n0a3907>

A roupa de Rachel – um estudo sem importância¹

Heloisa Buarque de Hollanda²

Fácil fama

O primeiro escrito de Rachel foi sintomático e definitivo. Tendo se mudado de Fortaleza para o sertão em janeiro de 27 e já viciada em jornais, lê a notícia da eleição da nova Rainha dos Estudantes, a jornalista Suzana de Alencar Guimarães. Irritada com o estilo “feminino” e pseudolírico da Rainha (que se assinava Marquesa em suas crônicas), escreve para o diretor do jornal, ironizando o concurso – e a vencedora.

A carta, assinada sob pseudônimo, fez um enorme sucesso e provocou, na cidade, uma busca cerrada para desvendar quem seria Rita de Queluz. Mas, como nos filmes, uma pista fora deixada. Rachel é descoberta pelo carimbo Estação de Junco no selo da carta e é imediatamente convidada a trabalhar no jornal *O Ceará*. Estava lançada a sorte de Rachel de Queiroz.

Aos 17 anos, já colaboradora de *O Ceará*, publica *História de Um Nome*, romance em folhetim, escreve a peça de teatro *Minha prima Nazaré*, participa em jornais literários e arrisca algumas poesias. Em 1929, escreve seu primeiro romance *O quinze*, que repercutiu bem para além das fronteiras cearenses. Augusto Frederico Schmidt e Alceu Amoroso Lima,

¹ Texto produzido nos anos 80, em plena ebulição dos estudos feministas, e publicado originalmente na *Revista Estudos Feministas* de 1992.

² Professora titular de Teoria Crítica da Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenadora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ) e da Biblioteca Virtual de Estudos Culturais (Prossiga/CNPq). Diretora da Acroplano Editora Consultoria Ltda.

no Rio, e Artur Mota, em São Paulo, saúdam, com entusiasmo, sua estreia literária.

Rachel, assim, de uma feita, aos 20 anos, torna-se figura pública e nome nacional. Diariamente, recebia cartas, telegramas, pedidos de livros; e retratos, em jornais e revistas, não mais a surpreendiam. Era assediada por intelectuais e artistas e, como prova de admiração, Luiz da Câmara Cascudo, durante uma viagem, fez um recital a bordo em homenagem à jovem escritora. “Era como se eu tivesse sido eleita Miss”, conta, lembrando a repercussão de seu primeiro romance.

Mas, se a escritora não se admirou com esse rápido e fulgurante reconhecimento, não se pode dizer o mesmo de seus padrinhos literários. Em *Novidades Literárias* de 18/08/30, Schmidt que, como tudo indica, a “descobriu”, explicita seu entusiasmo com a revelação de um grande escritor brasileiro, inteiramente desconhecido, mas admite abertamente “uma forte suspeita de que D. Rachel de Queiroz fosse apenas um nome escondendo outro nome”.

A mesma dúvida foi confessada por Graciliano Ramos quando escreveu sobre *Caminho de pedras* alguns anos mais tarde. Diz ele:

O quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que realmente causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.

Rachel, fleumática, não entrava no mérito das inquietações que sua obra estimulava nos corações masculinos. Em vez disso, enviava o romance para uma lista de cem críticos e escritores, entre eles, o então polêmico Graça Aranha em guerra aberta contra a Academia Brasileira de Letras.

Em março de 1931, o Prêmio Fundação Graça Aranha era conferido pela primeira vez e contemplava Murilo Mendes na categoria poesia, Cícero Dias na pintura e Rachel de Queiroz no romance. *O quinze* passa, então, a ser disputado por vários editores para uma segunda edição. Rachel escolhe a Editora Nacional. Hoje o livro escrito aos 19 anos encontra-se na 49ª edição, foi lido por mais de 100.000 pessoas e é unanimemente considerado um clássico na história da literatura brasileira.

48 anos mais tarde, no dia 4 de novembro de 1977, Rachel de

Queiroz, autora de 5 romances, 2 peças, 8 livros de crônicas, traduções em inglês, francês, alemão, polonês e japonês, 50 anos de colaboração regular na imprensa e tradutora de 47 livros, era recebida na Academia Brasileira de Letras por Adonias Filho para ocupar a cadeira número 5, fundada por Raimundo Correia.

Foi a primeira mulher a entrar na Academia e nunca se saberá verdadeiramente se a enorme festa nacional em torno dessa posse dizia respeito à vitória definitiva das mulheres e à queda de um dos mais severos bastiões da cultura brasileira, ou se era apenas mais um feito “natural” e ocasional de Rachel de Queiroz.

Mas penso que se podem arriscar alguns palpites a respeito.

Entre os vários campos de observação que nos oferece o enigmático cruzamento da singularidade da carreira profissional de Rachel de Queiroz e dos históricos obstáculos ao reconhecimento profissional das mulheres, especialmente na primeira metade do século, escolho sua vitória contra o artigo 2 dos Estatutos da Academia Brasileira de Letras, que, ao ser fundada, estabeleceu que “só poderão ser membros da ABL os brasileiros natos”, sentença cuja interpretação ortodoxa por parte dos acadêmicos desafiou as regras mais elementares da concordância gramatical ao definir que a flexão masculino plural da palavra “brasileiros” não incluía o conjunto feminino (brasileiras) + masculino (brasileiros).

La grammaire a son mystere (uma digressão necessária)

A polêmica em torno da presença da mulher na Academia Brasileira de Letras, porém, não constitui exatamente uma novidade. Sabe-se que, nas reuniões preparatórias para a criação da ABL, Lúcio de Mendonça, reconhecido como o verdadeiro fundador da Academia, era partidário da presença feminina no rol dos acadêmicos. Além disso, o nome de D. Júlia Lopes de Almeida, na época uma romancista bastante respeitada e reconhecida, foi seriamente cogitado para figurar entre os fundadores da Casa. A seu lado, entre as conjeturas para a lista dos membros correspondentes, figurava também o nome de Francisca Júlia. A ideia, entretanto, foi rejeitada pela maioria conservadora dos participantes das reuniões preliminares. No lugar de D. Júlia, então primeira dama de nossa literatura, ficou seu marido Filinto, que fazia versos de mérito relativo e não era “brasileiro nato”, mas que mostrou um certo senso crítico – e de humor – ao se autointitular o “acadêmico-consorte”³.

³ MONTELLO, Josué. As mulheres na Academia. *Jornal do Brasil*. 5 ago 1976.

Trinta anos depois de indeferida a sugestão do nome de Júlia Lopes de Almeida, uma mulher de letras, a poeta Amélia Bevilácqua, esposa do acadêmico e jurista Clóvis Bevilácqua, requereu inscrição nos quadros da Academia. Sendo a primeira vez que se apresentava à ABL uma candidatura feminina, o Presidente, por não se achar autorizado a interpretar o artigo 2 dos Estatutos, solicitou que a Academia, em plenário, tomasse uma posição sobre se “a palavra ‘brasileiros’ incluía ou não as escritoras brasileiras”. O plenário foi contra.

Conduzia assim a ABL o debate em torno do acesso feminino à imortalidade literária como uma questão prioritariamente gramatical, insensível aos argumentos enfáticos de Clóvis Bevilácqua que invocava a responsabilidade da Academia, enquanto autora do Dicionário da Língua Portuguesa.

A escritora, ao contrário de D. Júlia, resolve comprar uma vasta e pública discussão com a Academia, cujo último ato foi a publicação do livro *A Academia Brasileira de Letras e Amélia Bevilácqua*. Pelo conjunto do material apresentado no livro, uma reunião de depoimentos, artigos de jornal e textos da autora em defesa própria, pode-se perceber a alta voltagem da tertúlia político-gramatical travada na ABL em função das aspirações e provocações de D. Amélia.

O debate que definiu a “Inelegibilidade de Senhoras para a Academia Brasileira”, conforme publicação na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, de agosto de 1930, invocou até a jurisprudência da Academia fundada pelo Sr. Mussolini, oscilando entre uma visível misoginia e um certo pânico, sugerido na oração final do Sr. Constâncio Alves: “Não permitais que a Discórdia reedite, nesta casa, o que fez com o desgraçado Paris. Tenhamos a prudência de Rosny. Admiremos, como é justo, todas as mulheres de letras, mas não votemos em nenhuma. Ah! *non, pas ça*”. Menos galante e mais pragmático, Carlos de Laet, algum tempo depois, argumenta: “devia-se deixá-las entrar porque já traziam consigo as cadeiras”.

Ainda que o debate sobre a ruidosa candidatura de Amélia Bevilácqua tenha terminado com enquadramento explicitamente político e antifeminista, sintonizando-se, de forma inevitável, com as lutas pelo direito ao voto feminino, um detalhe chama a atenção: a ansiedade manifesta dos acadêmicos, com um outro problema não menos gramatical: qual seria a flexão feminina do masculino fardão? Um problema que, como veremos adiante, será resolvido por Rachel de Queiroz.

No *Diário de Notícias*, perguntava Olegário Mariano, desassombrado com uma possível vitória de D. Amélia: “Que vestimenta arranjaremos para ela? O hábito de freira, o quimono japonês?”

Em 29 de abril de 1976, Oswaldo Orico, mobilizado pela campanha de Dinah Silveira de Queiroz, consegue aprovar a proposta de reforma do regimento interno da instituição. Havia caído, finalmente, um tabu de 80 anos. As portas da Academia abriam-se para as escritoras. Dinah, que afirmava estar lutando pela entrada das mulheres na ABL e não especificamente pela sua, encampa a candidatura de Rachel de Queiroz.

A roupa da Rachel

No ano seguinte, em julho de 1977, Rachel envia à ABL carta na qual se candidata a uma vaga aberta para a cadeira número 5. Em 5 de agosto, é eleita, no primeiro escrutínio, com 23 votos. Seu concorrente, Pontes Miranda, obteve 15 pontos.

Eleita Rachel de Queiroz e aparentemente resolvido o debate gramatical em torno do ingresso feminino na ABL, uma antiga pendência continua a alimentar ansiedades atávicas no Petit Trianon: Que roupa usaria Rachel para compatibilizar-se com a simbologia heroica expressa pela espada e os louros do fardão dos imortais? O Presidente Austregésilo de Athaíde confirma a relevância do problema, em declaração aos jornais: “A presença de uma mulher em nossas sessões não muda nada. A única coisa que vai mudar é o fardão”.

Foi assim que a Casa de Machado de Assis tornou-se o palco de um dos mais estranhos debates desse final dos anos 70, com todos os lapsos e atos falhos a que a psicologia impressa nos permitiu.

O chá das 5 reverte-se numa arena da moda. Na procura da roupa da Rachel, discussões acaloradas acompanhavam o passar de rendigotes trespassados, *tailleur* com alamares e dragonas, desfiles de Guilherme Guimarães, da butique Mônaco e de Silvia Souza Dantas, deliciando os acadêmicos.

A imprensa registrava, ligadíssima, o desenrolar dos trabalhos. Nas dezenas de matérias que povoaram os jornais (com a forte presença das seções de cartas de leitores) sobre a roupa que usaria Rachel, fica claro que os acadêmicos se outorgavam o poder total na decisão. “No último chá das cinco dos imortais, Pedro Calmon, notoriamente contrário à admissão de mulheres, numa proposta identificada como revanchismo, pediu que a Academia mandasse desenhar alguns figurinos para que todos os acadêmicos escolham o modelo que Rachel deverá usar”, notícia *O Liberal* (Belém, 6 de setembro de 77).

Enquanto isso, Rachel era metralhada por palpites: em pauta estavam boleros de toureiro, dragonas, alamares e até mesmo opas de acompanhar procissão foram idealizadas por alguns acadêmicos da

Irmandade do Outeiro. Uma festa para Freud e Lacan. Constrangida, Rachel de Queiroz declara a *O Globo*, em 9 de outubro de 77: “Estão fazendo muita onda com essa história da minha roupa. Meus vestidos são todos chemisier, todos absolutamente do mesmo feitio: eu não me visto, eu me cubro”.

Ainda segundo a imprensa, a escritora acabou decidindo sozinha e fazendo ouvido de mercador às sugestões de boleros – pouco práticos – ou opas – um tanto litúrgicas –, colocando como única exigência para a concepção do fardão feminino a de ser caracterizado pela sobriedade. Preferindo não dizer o nome dos acadêmicos que deram palpites e ideias sobre seu figurino, explica a opção pela sobriedade como uma opção feminina “natural”, na medida em que “todas as fêmeas da espécie animal são menos ornamentadas que os machos. De maneira que segui a regra” (*Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1977).

A versão final e aprovada foi a de Sílvia Souza Dantas: segundo a estilista, “uma veste simples como Rachel”, na cor verde acadêmico, longo, reto, decote em V e mangas boca de sino. Do fardão, restaram somente as folhas de carvalho bordadas em fio dourado. O *Correio Braziliense* de 4 de setembro de 77 informa ainda que “o longo de Rachel consumiu 13 metros de crepe e 3 metros de lingerie e que seu colar, presenteado pelo Governo do Ceará, será de ouro maciço, portanto fugindo à regra dos colares masculinos, todos em prata dourada”. Essa possível vantagem foi corrigida, entretanto, pelo custo de seu vestido de gala. Como observa Ibrahim Sued em *O Globo* de 23 de outubro de 77, “as mulheres já estão dando lucro à Academia, pois um fardão custa 60 mil cruzeiros e o vestido saiu por apenas 11. De leve”.

Um ponto, entretanto, gerou consenso: “A espada que simboliza fidelidade à instituição será dispensada.”

A posse

Finalmente, em 4 de novembro de 1977, Rachel de Queiroz, com um vestido contido, elegante e discreto, à revelia dos gostos acadêmicos, toma posse na Academia Brasileira de Letras. Conforme noticiou o *Jornal do Brasil*, desde as 7 horas da manhã, Rachel é invadida por telefonemas, visitas e curiosos, tendo que se esconder na casa de sua irmã, Maria Luiza. O presidente da ABL, por sua vez, garante à imprensa que “a solenidade de posse da primeira mulher a pertencer ao quadro efetivo da instituição seguirá hoje, às 21 horas, o seu ‘ritual uniforme e imutável’ e que não serão permitidos discursos laudatórios de poetisas”.

Pela primeira vez em 80 anos, uma cerimônia de posse ganhava

um ar de manifestação popular. “A escola de samba Portela quer homenagear a primeira mulher a entrar na ABL, mas barrada pelo presidente Austregésilo de Athaíde, que alegou ser a cerimônia formal e, portanto, incompatível com a presença carnavalesca da escola, prontificou-se a prestar a homenagem do lado de fora da Academia, em plena Avenida Presidente Wilson”, noticiou a coluna do Zózimo do dia 15 de setembro de 1977.

O futebol, naqueles idos do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, um esporte de importância singular, também esteve na pauta das comemorações. O *Jornal dos Sports* de 21 de setembro lembrou a seus leitores que, “antes de ser imortal e ascender à Academia, Rachel, grande torcedora do Vasco da Gama, havia sido sagrada Cardeal do time por Nelson Rodrigues e admitida entre os pontífices vascaínos”. O Vasco da Gama, inclusive, tentou oferecer a Rachel a indumentária para a posse.

Deputados, senadores, prefeitos e vereadores homenagearam a escritora. Mauro Benevides, senador cearense pelo extinto MDB, fez um relato de sua vida e obra no Congresso Nacional. Intervenções dos senadores Franco Montoro (SP) e Magalhães Pinto (MG) entre outros complementaram a homenagem. Na sessão do Senado, de 7 de novembro, o vice-líder do Governo, Ruy Santos (Arena-BA) também fez discurso sobre a posse de Rachel, celebrando sua vitória como “marco civilizatório do país”.

Do samba ao futebol, passando pelos políticos, a festa de Rachel ganhou um tom de conquista nacional. No dia seguinte à posse, o jornal *Última Hora* estampava a manchete: “Posse de Rachel vira comício e o público derrota protocolo”. Nem as próprias feministas mostraram-se excluídas ou aborrecidas quando, na época, a nova acadêmica falou mal do movimento feminista. “Estavam todos muito contentes porque era a primeira mulher a ir para a Academia. Não houve polêmica”, lembra Rachel.

O fato é que o “estilo Rachel” associado à sua incontestável proeminência nas letras nacionais, no momento em que os Estatutos declaram que mulheres seriam elegíveis para a ABL, foi de extrema adequação para o amaciamento desse difícil rito de passagem.

De como Rachel pisou os tapetes da casa de Machado de Assis

Como Rachel, a primeira mulher a ingressar na Academia, depois de ter decifrado o enigma do fardão, terá traduzido para o feminino um ritual de traços claramente patrilineares como o da transmissão do patrimônio cultural acadêmico?

É bom lembrar que a conquista e ocupação de uma cadeira

acadêmica não se fazem com facilidade. A cerimônia da posse, bem como a praxe dos procedimentos que a antecede, exige do candidato um longo e litúrgico caminho de “iniciação”, feito de provas de humildade, virtude e merecimento pessoal. Se bem sucedido, o futuro acadêmico está habilitado a ser recebido na Casa, como legítimo herdeiro da linhagem e da tradição, das quais, a partir de então, torna-se guardião e transmissor. Vejamos, portanto, como Rachel colocou-se nesse ritual complexo e eminentemente masculino.

Na primeira sessão depois da morte de um acadêmico, o Presidente da Academia declara formalmente que está vaga a cadeira X e abertas, durante 90 dias, as inscrições para novos pretendentes. No prazo de 120 dias, processam-se as eleições.

O ingresso na Casa deve também, como nos rituais de aliança, ser precedido de um pedido oficial do candidato. O candidato está pronto para iniciar a penosa trajetória das “visitas” a seus futuros colegas, levando livros de sua autoria, presentes, iguarias, flores e, obviamente, um pedido de voto.

Rachel, após a entrega da carta de inscrição ao Presidente, viaja para o sertão, de onde só volta no momento da eleição, esquivando-se assim da “prova” das visitas, ou seja, do requerido exercício de humildade e submissão a seus pares.

Uma vez eleito o candidato, é marcada a cerimônia durante a qual será recebido por seus novos pares, deverá ler o tradicional discurso de posse que deverá promover elogio aos predecessores, assinar, com a pena de ouro de Machado de Assis, o livro da Academia e receber o diploma, o colar e a espada, perfazendo assim o ritual da sacração acadêmica.

O impulso genealógico que o ritual de posse explicita, não é, entretanto, uma criação das academias literárias. Na historiografia e na crítica literárias, é rotineira a preocupação com o estabelecimento de linhagens, com o exame exaustivo das “influências” nos textos, nas obras e na constituição das escolas literárias, com a identificação dos “fundadores” da literatura nacional. Pode-se dizer mesmo que a história da literatura é construída como um sistema de parentesco patriarcal, ou seja, dentro de uma lógica patrilinear baseada na transmissão da propriedade e do patrimônio.

A Academia Brasileira de Letras, criada com a função básica de proteger e preservar o patrimônio linguístico e literário nacionais e sendo o órgão mais alto da consagração e da legislação literária, não escapa a essa regra. Cada cadeira, ao ser “ocupada” por um novo acadêmico, exige a recomposição e a reconstituição do traçado genealógico que a define.

A ritualização da posse de um novo acadêmico, seja através do discurso no qual o aspirante deve refazer a linhagem de seus antecessores, provando-se assim “herdeiro legítimo” desse “tronco” ou “lugar” na literatura, seja através do *mis-en-scene* da “recepção” por um acadêmico já imortal, explicita um pouco mais o sistema que informa os processos da legitimação literária. Nessa lógica, a exclusão das mulheres não parece ter sido apenas um problema gramatical ou de figurino.

A transmissão do patrimônio ou o discurso de praxe

Rachel tinha pela frente a tarefa inédita – bastante similar à da tradução do fardão para o feminino – de adaptar ou, no mínimo, sutillar a solene transmissão patriarcal do patrimônio literário nacional. Como transporia o discurso heroico acadêmico para a sintaxe específica do sexo frágil? A linhagem da cadeira n.º. 5 era formada por Bernardo Guimarães (patrono), Raimundo Corrêa (fundador), Oswaldo Cruz, Aloysio de Castro e Cândido Motta Filho. Agora seria de Rachel. Como pedir adequadamente a licença ritual mas necessária e sentar-se confortavelmente nesse espaço ocupado, desde 1897, por expoentes e fundadores da cultura nacional, usando um traje longo, com decote em V, saltos altos e sem nenhuma espada?

Rachel abre seu discurso apresentando, ao solene plenário, uma menina-moça procurando a lua com os olhos, no oitão branco da velha casa de fazenda. A partir daí, reconstrói seu primeiro contato com Raimundo Corrêa, patrono da cadeira que em alguns minutos seria sua:

A menina assesta na lua, diretamente no disco da lua, os seus olhos que já são míopes. E, de olhos fitos na lua, silenciosamente, mal movendo os lábios, vai murmurando para si uma reza, uma encantação – um poema? (Plenilúnio/recita) Já reconhecestes na encantação rezada pela moça o poema inesquecível. E na adolescente que se tenta fazer bruxa daquele culto lunar, permiti que vos apresente a velha senhora de hoje, tentando desvendar os seus laços antigos com o poema e com o altíssimo poeta.

Pouco adiante, revela que o poema encontrava-se “num volume já gasto por outra geração de moças” – suas tias. Rachel havia conseguido, na mais clássica estratégia do desempenho feminino, enfeitiçar a audiência e recuperar, nas primeiras linhas de seu discurso, uma linhagem, diversa daquela da cadeira n.º. 5, mas que igualmente interveio e conformou a literatura brasileira: as mulheres como leitoras ou mesmo como aquelas

que ensinaram e estimularam a leitura. Num mesmo gesto, resgata a linhagem feminina de sua formação literária e, para usar uma palavra da moda, “privatiza” a figura fundadora de Raimundo Corrêa, que se torna simplesmente seu “misterioso, louco poeta particular”.

Já com o patrono da cadeira, o poeta Bernardo Guimarães, Rachel, de maneira provavelmente inédita na Casa, aproxima-se com restrições e rejeita os laços de parentesco que, pelas normas da casa, deveria estar estreitando. Inclusive, interpela Raimundo por ter escolhido, como patrono de sua cadeira, Bernardo Guimarães. Rachel, arriscando sua primeira insubmissão acadêmica, denuncia o patrono que “não ousou enfrentar os tabus da época; que fazia restrições racistas, adversário da escravidão”, e termina criticando violentamente seu mais famoso romance, o *Escrava Isaura*.

Quanto a Oswaldo Cruz, o terceiro elo da genealogia da complexa cadeira, Rachel observa que entrou, não como escritor, “mas dentro de uma categoria muito rara – na especialíssima categoria de herói”, categoria que mal ou bem se mostrava, ao vivo, nos louros, no brilho e nas espadas dos 39 acadêmicos que ali se distribuía, de fato ou virtualmente. Classificando dr. Oswaldo Cruz na categoria dos “heróis angélicos”, passa a descrever, cinematograficamente, a aventura e as glórias de sua luta contra a peste, a ignorância, a malária do Amazonas, a febre amarela no Pará.

Quanto ao elogio de Aloysio de Castro, o terceiro ocupante da cadeira de Bernardo Guimarães, Rachel, como no caso de Raimundo Corrêa, traz, não o elogio canônico de seu antecessor, mas um *flash* de sua ligação pessoal com o acadêmico. Descreve não mais o poeta particular, príncipe de seus sonhos de menina-moça, nem o herói-valente em guerra contra a morte, mas, como já era a hora, um galante cavalheiro que emerge preenchendo o espaço grave da cerimônia.

Apanhado de improviso, o mestre nos recebeu, no seu salão, sentado ao piano, vestido num robe de cetim cor de vinho. E quis saber quem eu era, sorriu satisfeito ao se inteirar do meu ofício, e começou a tocar um pouco, para me pôr à vontade, creio. Foi tudo extremamente gentil e, para mim inesquecível: o piano de cauda, sobre o qual havia retratos em moldura de prata, o salão em penumbra e o amável cavalheiro dedilhando delicadamente o prelúdio de Chopin.

Cândido Motta Filho, até aquele momento detentor da cadeira que seria a sua, ao contrário dos outros, mereceu, por parte da quase

imortal, minuciosa e objetiva avaliação tanto de seu valor intelectual, político e social quanto de suas atividades como advogado, jornalista, político, professor e homem de letras. Estava construída, solidamente e dentro do melhor padrão oficial da Academia, a legitimidade da estirpe de seu predecessor. Era chegada a hora de Rachel inserir-se como o último elo da cadeia linear que simboliza a tradição da cadeira número 5 e enfim receber, como herança legítima, o patrimônio que essa ilustre linhagem representa. Ao cerrar das cortinas, uma surpresa: absolutamente desinteressada do valor histórico e literário da obra de Cândido Motta Filho que tão respeitosa e louvavelmente, a primeira acadêmica da longa história da Academia Brasileira de Letras traz a audiência de volta para uma tarde ensolarada no aterro do Flamengo. Em cena, a escritora e o Ministro conversam sobre assuntos de família. Descreve Motta Filho, falando, com prudência e possível insegurança, de seu encanto pelo Nelson, o Nelsinho Motta, seu neto, cuja queda irresistível pela música popular poderia desgostar as prováveis preferências da famosa literata. Rachel, selando uma cumplicidade afetuosa entre avós, revela seu encanto pelo rebelde descendente do último ocupante da cadeira de Bernardo Guimarães. O *grand finale* de seu discurso de posse subestima, enfaticamente, os louros da genealogia literária e termina *em família*, discutindo “doce e consoladamente” o espaço privado através do qual penetra, com a habitual naturalidade, no espaço público da consagração literária.

Um *post scriptum* aparentemente sem importância: apesar da atmosfera de comoção nacional que a posse de Rachel mobilizou, o discurso com que foi recebida por Adonias Filho não menciona NEM UMA VEZ o fato histórico da eleição de Rachel de Queiroz enquanto a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

Fama fácil?

Retomo agora o problema a que me propus no início destas observações: a singularidade da fulminante carreira de Rachel de Queiroz frente aos tradicionais obstáculos ao reconhecimento do trabalho feminino.

Rachel sempre conviveu “naturalmente” com o poder. Aos 20 anos, foi considerada uma escritora definitiva. Ocupou um espaço expressivo e contínuo na imprensa nacional. Transitou desde muito jovem – aparentemente sem nenhum constrangimento ou restrição –, nos círculos mais influentes e poderosos de nossa elite intelectual. Filiou-se ao Partido Comunista e, em 1937, foi presa em Fortaleza. Teve acesso e

influiu na política brasileira, foi convidada por Jânio Quadros para ser Ministra da Educação, foi representante do Brasil junto à ONU, foi membro fundador do Conselho Nacional de Cultura. Foi, como vimos, a primeira mulher a ingressar na Academia em meio a uma festa nacional.

Em resumo, um caso notável de “exceção” no quadro quase exclusivamente masculino da história da literatura. A perturbação de seus primeiros críticos em relação a *O quinze* é eloquente nesse sentido.

Esse caráter de excepcionalidade, relativamente comum no modernismo internacional, entretanto, não parecia ainda suficiente para explicar o caso Rachel.

As intelectuais e artistas modernistas que se sobressaíam, especialmente nas décadas de 20 e 30, como Virginia Woolf, Gertrud Stein, ou mesmo Tarsila do Amaral no Brasil, afirmavam-se através de costumes e princípios radicalmente transgressores, confrontavam valores burgueses vistos como retrógrados, aliavam-se às lutas feministas e a uma estética experimental e iconoclasta. A conquista do novo espaço público que pouco a pouco ia se abrindo para as mulheres, era feita de forma traumática e pagava o alto preço da competição e do confronto com as normas vigentes. Rachel, por sua vez, não parecia identificada nem com o feminismo, nem com a conquista do poder político ou literário, nem com as vanguardas ou, nem mesmo, como várias vezes afirmou, com o próprio modernismo. Desde o lançamento de *O quinze*, evidenciou um trânsito extremamente à vontade entre o espaço particular e o espaço público, entre sua vida cotidiana, a literatura e a política. Surpreendeu-se e mesmo chocou a crítica pela qualidade literária que demonstrou. Sua trajetória intelectual não parece ter trazido nenhum desconforto especial aos companheiros masculinos. Uma das provas mais evidentes nesse sentido, para manter-me no caso de sua entrada na ABL, foi a recepção consensual da “naturalidade” de sua eleição como a primeira mulher a integrar os quadros da defensiva Academia.

É importante lembrar que Rachel inicia sua vida profissional por volta de 1930, um momento bastante delicado, quando a institucionalização dos espaços permitidos (ou não) para as mulheres começa a ser delineada.

Que metáforas teriam sido necessárias, nesse momento, para viabilizar a penetração e a participação femininas na vida pública? De que artifícios lançaram mão as mulheres para a definição de sua individualidade? O que há por trás da imagem, quase invariavelmente conservadora, das poucas mulheres que conseguiram não apenas manifestar-se na cultura de forma atuante mas ainda ser aceitas pela sociedade desse período?

Rachel talvez possa nos dar algumas pistas.

Não é difícil encontrar depoimentos como este publicado na ocasião de sua posse: “Não gosto de escrever. Escrevo para ganhar dinheiro. Se pudesse nem assinava o nome. A verdade é que não sou romancista, sou boa dona de casa, melhor cozinheira do que escritora.” Ou como a altissonante declaração a Marisa Raja Gabaglia que se tornou manchete de uma conhecida revista carioca: “Minha maternidade é inesgotável”. Imagem que inegavelmente “pegou” e que vai tornar-se o *leitmotif* do volume comemorativo dos seus 80 anos, editado pela José Olympio. Diz, por exemplo, na página 124, Otto Lara Rezende:

Ouso dizer que ela se administra mal, ou nem ao menos se administra, no sentido de levar a sério o talento que tem e de tratar de profissionalizá-lo (...) Rachel não se deixa impressionar pela imagem que de si projeta. A naturalidade nela vai ao ponto de parecer descuido, como se zombasse do que se convencionou chamar de glória literária. Tendo feito o que fez, vê com uma ponta de desdém tudo o que fez. Às vezes me passa pela cabeça que ela nem desconfia que é Rachel de Queiroz.⁴

Mas tanto ela desconfia que, feminista a seu modo, além de um rigoroso trabalho literário, soube construir uma trajetória pessoal e profissional ímpar. O que parece estar em jogo aqui – e é o que precisamente fascina num estudo sobre Rachel de Queiroz – são não apenas os processos de construção dessa trajetória que revela a fragilidade da ideia de espaço privado na formação da sociedade brasileira, mas, sobretudo, a elasticidade do poder privado e a rentabilidade de sua instrumentalização, no caso Rachel, estratégica e exemplar, no imaginário social brasileiro. É a esse ponto, tão delicado quanto estrutural da dinâmica das nossas relações de poder, que pretendo dedicar minhas ansiedades feministas nos próximos anos. De qualquer forma, creio que já posso intuir que foi mais ou menos assim que Rachel de Queiroz, em 4 de novembro de 1977, abrindo mão da espada acadêmica, mas nunca de seu atávico *know-how* de Brasil, vestiu um fardão verde, longo, com decote em V e bordados dourados e franqueou às mulheres as portas do reconhecimento literário oficial.

⁴ REZENDE, Otto Lara. Raízes e flores. In: *Rachel de Queiroz: Os Oitenta*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990, pp. 123-125.